

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 50/2019 PMT

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS ÁUSTRIA, GRÉCIA, GUABIRUBA, ITUPORANGA, PETÚNIA E PROFESSOR ALFREDO GIRARDI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO, QUANTITATIVO, ORÇAMENTO E PROJETOS.

RECORRENTE: JJ INSTALADORA – JOCIMAR FIGUEIREDO

I. RELATÓRIO

O Município de Timbó/SC através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola (localizada na Rua Sibéria, n.º 75, Centro), representada pelo Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola, lançou processo licitatório, Edital de *Concorrência* nº 50/2019 PMT tendo como objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS ÁUSTRIA, GRÉCIA, GUABIRUBA, ITUPORANGA, PETÚNIA E PROFESSOR ALFREDO GIRARDI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO, QUANTITATIVO, ORÇAMENTO E PROJETOS, conforme termo de referência anexo ao instrumento convocatório.

Em 10/09/2019, realizou-se sessão pública para recebimento de envelopes pertinentes a Habilitação e Proposta das empresas propensas licitantes, oportunidade na qual a Recorrente restou inabilitada por não ter apresentado a Certidão de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura de Timbó (SC), exigência constante no subitem 7.1 do Edital, conforme consta na Ata de Julgamento.

Ante a decisão de INABILITAÇÃO, a empresa JJ INSTALADORA – JOCIMAR FIGUEIREDO apresentou recurso administrativo, aduzindo em apertada síntese que a decisão de inabilitação está incorreta, já que constitui excesso de formalismo, tendo em vista que a Recorrente já presta serviço para o Município.

É o breve relato dos fatos.

II. PRELIMINARMENTE

Da tempestividade:

Registra-se que o presente Recurso Administrativo apresentado é **TEMPESTIVO**, tendo sido protocolado em **13/09/2019**, 2 (dois) dias após a publicação da pertinente ata de inabilitação publicada em **11/09/2019**, em atendimento ao prazo legal previsto no artigo 109, I, alínea “a” da Lei 8.666 de 21/06/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

III. MÉRITO

Analisando-se os termos do recurso interposto, no que diz respeito à inabilitação indevida, tem-se pelo INDEFERIMENTO, senão vejamos.

Em relação aos documentos exigidos para a habilitação, o Edital exige “Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura de Timbó/SC, com validade (CRC)”, conforme item 7.1.1.

Sendo assim, o Edital é categórico ao afirmar que o interessado deve apresentar o Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura de Timbó (CRC).

A própria Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93) preleciona expressamente:

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre **interessados devidamente cadastrados** ou que **atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, observada a necessária qualificação.

Portanto, os interessados, para participarem da licitação na modalidade tomada de preços, devem ser devidamente cadastrados ou atenderem às condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data para recebimento das propostas, o que não foi feito pela Recorrente.

Assim, deve-se obediência ao que reza o instrumento convocatório e notadamente aos princípios basilares da licitação. O Edital é claro ao dispor sobre a necessidade do cadastro e sua apresentação pelo interessado, conforme item 7.1.1 supracitado, de forma que a subordinação aos ditames do instrumento convocatório é medida que se impõe.

Ademais, o direito de o licitante contestar o instrumento convocatório encontra-se precluso, isto é, perdeu o direito de fazê-lo, haja vista que não apresentou impugnação ao edital no tempo devido, como o disciplinado pelos parágrafos do art. 41 da Lei n. 8.666/93.

Não restam dúvidas de que o licitante que não apresenta impugnação ao Edital, o aceita implicitamente, assim, decorrido o prazo legal sem a ocorrência de impugnação por parte do ora recorrente, o instrumento se estabiliza e passa a valer o princípio da vinculação ao instrumento convocatório tanto para a Administração quanto aos licitantes que não podem mais contestá-lo.

Nestes termos, colacionamos os seguintes julgados:

*“Dentre os princípios que regem a licitação, temos o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, **que se traduz na regra de que o edital deve prevalecer, vez que faz lei entre as partes, ou seja, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.** Tal princípio está previsto no artigo 3º, caput, da Lei 8.666/93 e no artigo 2º da Lei 9.784/99. **Assim, estabelecidas as regras da licitação, elas se tornam inalteráveis para aquele certame, até o final do procedimento.**” (STJ, REsp n. 354.977, 1ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros. Julg. 18.11.2003) (grifamos)*

*“**As previsões editalícias vinculam, com força de lei, a Administração e os licitantes, devendo ser estritamente obedecidos os seus comandos.** (Reexame Necessário em MS n. XXX, de São Joaquim, Rel. Des. Sônia Maria Schimitz, Terceira Câmara de Direito Público, julgado em 12.02.2010). Nessa perspectiva, a modificação das regras estabelecidas pelo Edital da licitação configura violação, pela Administração Pública, ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. **Além disso, a não obediência às regras do Edital quebra o princípio da isonomia, pois é plenamente possível que diversas sociedades empresárias não tenham se habilitado no edital justamente por haver a exigência do requisito que, posteriormente, foi desconsiderado.**” (TJSC ACMS n. 2009.015024-7, 4ª Câmara de Direito Público. Rel. Des. Cláudio Barreto Dutra. Julg. 08.09.2011). (grifamos)*

*“Direito administrativo. Licitação. Edital como instrumento vinculatório das partes. Alteração com descumprimento da lei. Segurança concedida. **É entendimento correntio da doutrina, como na jurisprudência, que o ‘edital’, no procedimento licitatório, constitui lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação. Ao descumprir normas editalícias, a administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia. A administração, segundo os ditames da lei, pode, no curso do procedimento, alterar as condições inseridas no instrumento convocatório, desde que, se houver reflexos nas propostas já formuladas, renove a publicação (do edital) com igual prazo daquele inicialmente estabelecido**, desservindo, para tal fim, meros avisos internos informadores da modificação. Se o edital dispensou as empresas recém-criadas da apresentação do ‘balanço de abertura’, defeso era a administração valer-se de meras irregularidades desse documento para inabilitar a proponente (impetrante que, antes, preenchia os requisitos da lei). Em face da lei brasileira, a elaboração e assinatura do balanço é atribuição do contador habilitado, dispensada a assinatura do Diretor da empresa respectiva. Segurança concedida. Decisão Unânime.” (STJ, MS n. 5.597, 1ª Seção, Rel. Min. Demócrito Reinaldo. Julg. 13.05.1998) (grifamos)*

Sendo assim, por não ter atendido ao disposto no Edital quanto ao item supracitado, correta é a inabilitação da recorrente, e por conseguinte, o indeferimento do recurso.

IV. DECISÃO

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se **PELO INDEFERIMENTO DO PRESENTE RECURSO**, face ao evidente **DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL** de Tomada de Preços 50/2019.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 01 de outubro de 2019.

ADILSON MESCH

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA